

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo Geral

Proporcionar ao participante o conhecimento e o entendimento dos princípios e normas jurídicas que regem a relação funcional entre o servidor público estadual e a Administração Pública, fundamentada em expressas regras constitucionais, estatutárias (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro - Decreto-Lei 220/75 e em seu regulamento - Decreto 2479/79); bem como as regras constantes em legislações esparsas e atos normativos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Capacitar o servidor estadual a aplicar no exercício de suas funções as regras inseridas:
 - Na Constituição Federal
 - No Estatuto do Servidor (Decreto-Lei 220/75) e seu Regulamento (Decreto 2479/79)
 - Na Lei 4620/05
 - Na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça dos Serviços Judiciais
 - Nos atos normativos do Tribunal de Justiça

Metodologia

Aulas expositivas, com apresentação de textos legais.

Conteúdo Programático

- Legislações abordadas:
 - Constituição Federal, arts. 37 ao 41
 - Estatuto dos Servidores Estaduais: Decreto-Lei 220/75 e Decreto 2479/79
 - Lei Estadual 4620/05 e Resolução nº 17, de 13.07.2006, do Conselho de Magistratura
 - Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça dos Serviços Judiciais: arts. 132 a 137, arts. 150 a 156
 - Ato Normativo TJ nº 03, de 03.02.2009
 - Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 08, de 09.11.2006
 - Aviso CGJ nº 427, de 08.08.2007
- Breves considerações sobre regimes de contratação administrativa: Estatutário (cargo vitalício, cargo efetivo e cargo comissionado), Celetista, Contratação Temporária e Função Gratificada
- Provimento de cargo público: Nomeação, Promoção, Reintegração, Recondução, Aproveitamento, Readaptação
- Investidura e assentamento individual
- Lotação e Remoção

- Vacância de cargo e função pública
- Quadro Único do Poder Judiciário; serventuário e seu desenvolvimento funcional
- Titularidade da serventia judicial e afastamento do Titular
- Frequência: jornada de trabalho, ponto e faltas
- Tempo de serviço
- Direitos do servidor
 - Estabilidade
 - Férias
 - Licenças
 - Concessões: por casamento; por falecimento; por prova em concurso; auxílio doença e auxílio funeral
 - Remuneração e vantagens pecuniárias
 - Direito de petição
- Regime disciplinar
 - Deveres e Proibições
 - Acumulação de cargos
 - Penalidades administrativas
 - Apuração Sumária de Irregularidades
 - Inquérito Administrativo Disciplinar (PAD)
 - Recursos Administrativos

Bibliografia Indicada

Constituição Federal atualizada

Estatuto dos Servidores Estaduais: decreto-lei 220/75 e decreto 2479/79

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça dos Serviços Judiciais atualizada

Carga horária: 20 horas

Atualização: 24/04/2009
 Revisão: 04
 Total de páginas: 02